



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

22ª Reunião Plenária – Lisboa, 12 e 13 de Outubro de 2010

ACTA DA REUNIÃO

Nos dias 12 e 13 de Outubro de 2010 realizou-se em Lisboa, nas instalações do Ministério da Defesa Nacional, a 22ª Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa/SPAD, nos termos da alínea b., parágrafo 2. do Cap. III do Normativo do SPAD, aprovado por ocasião da III Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Luanda em 22 e 23 de Maio de 2000.

Presidiu à Reunião o Dr. Luís Faro Ramos, Director-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal, e Coordenador do SPAD.

Participaram os Delegados dos Ministérios da Defesa Nacional e dos Estados-Maiores-Generais das Forças Armadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Não estiveram presentes Delegados da Guiné-Bissau, nem o Director do CAE.

Assistiu à reunião o Dr. Miguel Levy, em representação do Secretariado Executivo da CPLP.

Na abertura dos trabalhos, o Dr. Luís Faro Ramos deu as boas-vindas a todas as Delegações presentes, bem como ao representante do Secretariado Executivo da CPLP, dando nota deste ser um ano algo atípico no desenvolvimento normal da Componente de Defesa da CPLP, considerando que nesta fase de 2010 ainda não se realizaram as reuniões de CEMGFA e de MDN nem o Exercício FELINO, adiado para 2011. Manifestou, ainda, o desejo de que a Componente de Defesa da CPLP não quebre as suas dinâmicas e consolide uma prática institucional que distingue e credibiliza as Organizações.

Terminou informando que, para efeitos do prosseguimento e condução dos trabalhos, se fazia representar pelo Director de Serviços de Cooperação Técnico-Militar, Dr. Saldanha Serra.

Seguidamente, deu-se início aos trabalhos da 22ª Reunião Plenária do SPAD de acordo com os pontos da Agenda previamente distribuída.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "LRF", "Weixine", "Koch", and others.



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Ponto Prévio – Aprovação da Agenda de Trabalhos

Colocada a Agenda à consideração do Plenário, a Delegação do Brasil solicitou a inclusão, em Diversos, de um ponto sobre Detalhes da XII Reunião de Ministros da Defesa Nacional.

O Coordenador do SPAD propôs que, no ponto Diversos, fosse discutida a Declaração sobre Contribuição Financeira dos Estados Membros da CPLP para o Fundo Especial do CAE/CPLP, que o respectivo Director lhe fez chegar com essa solicitação.

A Agenda foi aprovada por consenso, com as referidas alterações (**Anexo A**).

Ponto 1 – Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP

Análise da Declaração Ministerial de suporte à aprovação do novo Estatuto do CAE, decorrente da criação do cargo de Vice-Director

O Coordenador do SPAD fez um breve enquadramento deste ponto, referindo que o novo Estatuto tinha sido objecto de consenso na 21ª reunião do SPAD, e que se encontrava fechado, colocando à discussão a Declaração Ministerial de suporte à aprovação do mesmo.

A Declaração, que se anexa à presente Acta (**Anexo B**) foi aprovada por consenso.

Ponto 2 – Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP

Análise da Declaração Ministerial de suporte à aprovação do Memorando de Entendimento para os Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na vertente das Operações de Apoio à Paz

O Coordenador do SPAD fez um breve enquadramento deste ponto, solicitando à Delegação do Brasil que indicasse se se mantinham as dificuldades de aprovação do Memorando de Entendimento, que suscitara na 21ª reunião do SPAD.

A Delegação do Brasil informou ter recebido, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a informação de que o Memorando de Entendimento deveria ser assinado ao nível governamental. Mais informou que esse parecer está a ser analisado pelo MD do Brasil, para posterior diálogo com o MRE, comprometendo-se esta Delegação a informar o SPAD sobre as conclusões finais deste processo e sobre a capacidade do Ministro da Defesa assinar o Memorando.

As restantes Delegações confirmaram as posições favoráveis ao prosseguimento do Memorando de Entendimento, expressas na 21ª Reunião do SPAD.

LM

SA
Steixeira

Zoch
Gense
A. M. J. L.

LM



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

O Coordenador do SPAD propôs que, condicionalmente e para permitir o seu agendamento imediato na XII Reunião de Ministros da Defesa, caso ele venha a ser possível, se analisasse a Declaração Ministerial de suporte à aprovação do Memorando de Entendimento, o que foi aceite pelo Plenário.

A Declaração, que se anexa à presente Acta (**Anexo C**) foi aprovada por consenso.

Ponto 3 – Exercícios da Série FELINO

a) Ponto de situação sobre o FELINO 2010

A Delegação de Angola informou ter o respectivo CEMGFA escrito uma carta aos seus homólogos, explicando as razões para o adiamento do Exercício, previsto para Setembro de 2010, em Angola. Essas razões residiram no facto de não se ter realizado a 12ª Reunião de CEMGFA, que aprovaria documentos fundamentais para a realização do Exercício e que definiria os aspectos relacionados com o transporte de Forças de alguns Estados Membros participantes. Deu, ainda, nota de que o Ministro da Defesa Nacional anunciou que o FELINO 2010 se realizará, em Angola, no primeiro trimestre de 2011, pese embora se mantenha a indefinição quanto à data de realização da 12ª Reunião de CEMGFA, apelando à necessidade de a mesma se realizar antes do FELINO 2010.

As Delegações manifestaram preocupação com adiamento da 12ª Reunião de CEMGFA e interesse na sua realização antes XII Reunião de Ministros da Defesa.

A Delegação do Brasil informou que desejaria ter proposto, na Reunião de CEMGFA que já se deveria ter realizado, uma proposta de alteração do actual modelo dos Exercícios FELINO, substituindo a lógica baseada em Forças para a lógica de Estado-Maior Conjunto, o que poderia ter impacto, a ser aprovado, no Memorando de Entendimento com carácter Permanente, elaborado de acordo com os moldes actuais de realização do Exercício.

A Delegação de São Tomé e Príncipe considerou que a proposta do Brasil para alterar o actual modelo dos Exercícios FELINO deveria ser objecto de discussão prévia no SPAD, e só depois de obtido consenso ser analisada em Reunião de CEMGFA.

O Coordenador do SPAD, em função da discussão havida e dos aspectos suscitados, propôs:

- Que Angola identificasse os documentos relativos ao FELINO 2010 que exigem

LM
SI
Steixeira
Jod

Amé
H
L



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

aprovação dos CEMGFA, no sentido de os enviar para o SPAD, que os remeterá aos diversos Estados Membros para que os respectivos CEMGFA sobre eles se pronunciem formalmente, num prazo definido, tudo sujeito a ratificação posterior;

- Que os CEMGFA articulem entre si, e desejavelmente de forma directa, os aspectos relacionados com o transporte de Forças de alguns Estados Membros participantes.
- Que o Brasil apresente a sua proposta de alteração do actual modelo dos Exercícios FELINO, sendo que a mesma deverá ser, sempre, objecto de aprovação em Reunião de CEMGFA, após discussão no SPAD.

Esta proposta foi aceite por consenso, no caso de não ser possível realizar a reunião de CEMGFA antes do FELINO 2010.

No reinício dos trabalhos, o Coordenador do SPAD informou ter o Director-Geral de Política de Defesa Nacional da Guiné-Bissau, Cor. Malam Camará, acabado de solicitar, expressamente, que fosse transmitido a todas as Delegações que a Guiné-Bissau propõe os dias 28 e 29 de Outubro próximos para realizar, em Bissau, a 12ª Reunião de CEMGFA.

As Delegações tomaram boa nota, mas indicaram não estar em condições de se pronunciar sobre esta proposta da Guiné-Bissau, tendo referido a necessidade de a mesma ser formalizada.

Atendendo a esta proposta, o Coordenador do SPAD sugeriu que o Plenário analisasse a proposta de Agenda para a 12ª Reunião de CEMGFA, tendo por base aquela que foi aprovada na 21ª reunião do SPAD, o que foi aceite.

Após discussão, da qual resultaram algumas alterações, o projecto de Agenda, que se anexa à presente Acta (**Anexo D**) foi aprovado por consenso.

Seguidamente, a normalidade dos trabalhos foi retomada.

b) Análise da Declaração Ministerial de suporte à aprovação do Memorando de Entendimento com carácter permanente para os Exercícios da Série FELINO

O Coordenador do SPAD fez um breve enquadramento deste ponto, solicitando à Delegação do Brasil que indicasse se se mantinham as dificuldades de aprovação do Memorando de

LM
M
esteira
Koch
Cunha
S. B. B.
L. B.



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

Entendimento, que suscitara na 21ª reunião do SPAD.

A Delegação do Brasil informou aguardar ainda parecer do MRE sobre esta matéria. Referiu também afigurar-se-lhe prematura esta discussão, uma vez que pretende propor a alteração do modelo actual do Exercício.

No período de discussão as opiniões das Delegações dividiram-se, entre as que sugeriam a continuação do processo com o actual Memorando de Entendimento, que se baseia no modelo actual dos Exercícios FELINO (Delegações de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), e as que preferiam aguardar pela proposta do Brasil (Delegações de Cabo Verde, de Portugal e de Timor-Leste).

A Delegação de Moçambique sugeriu uma reflexão sobre o processo de tomada de decisão na CPLP, que funciona por consenso, na medida em que pode dificultar o desenvolvimento de algumas acções que mereçam a aprovação de uma maioria dos Estados Membros.

O Coordenador do SPAD propôs que se aguardasse pela posição do MRE, na medida em que dela poderia resultar a impossibilidade de o Brasil se vincular a este Memorando de Entendimento, podendo o SPAD estar a trabalhar num sentido errado, fazendo-se novo ponto de situação na III Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional, em 9 e 10 de Novembro. Mais propôs que, caso se realize antes a 12ª Reunião de CEMGFA, a decisão que aí vier a ser tomada seja adoptada, quer na agenda daquela III Reunião, quer na XII Ministerial.

Esta proposta foi aceite por consenso.

Anexa-se à presente Acta (**Anexo E**) a Declaração de suporte à aprovação do Memorando de Entendimento, que não foi discutida atenta o consenso acima indicado.

Ponto 4 – Confirmação do projecto de Agenda da III Reunião de DGPDN, a realizar na República Federativa do Brasil

Após discussão, da qual resultaram algumas alterações, o projecto de Agenda, que se anexa à presente Acta (**Anexo F**) foi aprovado por consenso.

Ponto 5 – Confirmação do projecto de Agenda da XII Reunião de MDN, a realizar na República Federativa do Brasil

Após discussão, da qual resultaram algumas alterações, o projecto de Agenda, que se

KRA
SI
steixeira
Koch
Caval
J. J. J.
L. J.



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

anexa à presente Acta (**Anexo G**) foi aprovado por consenso.

Ponto 6 – Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa

Ponto de situação sobre o cumprimento das formalidades constitucionais para a entrada em vigor do Protocolo

As Delegações dos Estados Membros que ainda não concluíram esse processo, a saber Angola, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, deram nota de que o mesmo se encontra em curso, seguindo os trâmites exigidos pelas legislações nacionais, designadamente a aprovação nos Parlamentos.

Não foi possível apurar o ponto de situação deste processo na Guiné-Bissau.

Ponto 7 - Notícias de interesse para a CPLP

A Delegação de Angola deu nota da existência de alterações na chefia das suas Forças Armadas, tendo tomado posse, no dia 7 de Outubro passado, um novo CEMGFAA e dois novos Adjuntos.

A Delegação do Brasil informou sobre a reestruturação do MD e a conseqüente criação do cargo de Chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

A Delegação de Cabo Verde informou ter sido inaugurado, em Maio de 2010, numa parceria com os EUA/AFRICOM, um Centro Inter-Agências de Operações de Segurança Marítima destinado a combater os ilícitos praticados no mar, em especial o narcotráfico. Nessa parceria está prevista a instalação de tecnologia de ponta e a formação de pessoal.

A Delegação de Moçambique fez referência aos tumultos ocorridos em 1 e 2 de Setembro nas cidades de Maputo e Matola, devido a protestos contra o aumento do custo de vida, que o Governo rapidamente controlou, tendo adoptado 34 medidas macro e micro económicas de resposta, de entre as quais se destacam a contenção da despesa pública, a redução de taxas aduaneiras, a redução das tarifas da electricidade e da água, a redução do preço do pão e a criação de estímulos à produção alimentar.

A Delegação de São Tomé e Príncipe referiu ter a Assembleia Nacional aprovado a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que criou dois novos postos militares, o de Coronel e o de Brigadeiro, e dois Ramos das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, o Exército e

LRP
SM
Teixeira
Koch
Cave
J. Paulo
R. M.



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

a Guarda Costeira, na dependência de um Chefe de Estado-Maior, que será Brigadeiro. O momento de implementação desta Lei será estabelecido politicamente. Referiu, ainda, ter o MDN de São Tomé e Príncipe colocado em dia as suas contribuições financeiras para o CAE/CPLP.

A Delegação de Timor-Leste informou terem sido efectuadas promoções na estrutura militar das F-FDTL, tendo o Brigadeiro-General sido promovido a Major-General, o Coronel a Brigadeiro, ocupando na nova estrutura o cargo de Vice-CEMGF-FDTL, e 4 Tenentes-Coronéis a Coronéis. Informou, também, da entrada ao serviço da Componente Naval das F-FDTL de dois navios, adquiridos à República Popular da China, para combate à pesca ilegal.

Ponto 8 – Diversos

O Coordenador do SPAD colocou à discussão a Declaração sobre Contribuição Financeira dos Estados Membros da CPLP para o Fundo Especial do CAE/CPLP, enviada pelo respectivo Director.

Após discussão, da qual resultaram algumas alterações, a Declaração, que se anexa à presente Acta (**Anexo H**) foi aprovada por consenso.

A Delegação do Brasil apresentou um conjunto de detalhes da XII Reunião de Ministros da Defesa Nacional, que anteriormente fizera já circular, por mail, por todas as Delegações. Dos detalhes apresentados são de realçar a confirmação de que o Brasil suporta os encargos com a estadia de cada Ministro e mais três elementos por Delegação, tendo para o efeito reservado uma suite, um quarto individual e um quarto duplo, no período entre 8 e 13 de Novembro, bem como o pedido para que todos os Estados Membros indiquem, com urgência, a composição das respectivas Delegações, os voos de chegada e partida, a distribuição pelos quartos disponibilizados e eventuais restrições alimentares ou de saúde.

Na ocasião, a Delegação do Brasil fez a entrega, a todas as Delegações presentes, dos originais dos convites para os respectivos Ministros da Defesa Nacional, bem como programação e informações gerais do evento e do Seminário do CAE/CPLP (**Anexo I**).

Atenta a ausência de qualquer representante da Guiné-Bissau, o Coordenador do SPAD recebeu o convite dirigido ao respectivo Ministro, comprometendo-se a fazê-lo chegar a Bissau, em tempo útil.

URA
M
Vteixeira
Zoch
L
L



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

O Coordenador do SPAD referiu ter indicação da realização, em data sobreposta com a XII Reunião de MDN, de idêntica reunião da União Africana, o que foi confirmado por algumas das Delegações presentes. Nesse contexto, e lembrando que a XII Reunião de MDN da CPLP fora já adiada, em Maio, pelo mesmo motivo, o Plenário relevou a importância da presença dos Ministros da Defesa dos Países de Língua Portuguesa em Brasília.

Fazendo parte integrante da presente Acta, apresentam-se em anexo os seguintes documentos:

Anexo A – Agenda da 22ª Reunião do SPAD

Anexo B – Declaração Ministerial de suporte à aprovação do novo Estatuto do CAE, decorrente da criação do cargo de Vice-Director

Anexo C - Declaração Ministerial de suporte à aprovação do Memorando de Entendimento para os Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na vertente das Operações de Apoio à Paz

Anexo D – Projecto de Agenda para a 12ª Reunião de CEMGFA

Anexo E - Declaração Ministerial de suporte à aprovação do Memorando de Entendimento com carácter permanente para os Exercícios da Série FELINO

Anexo F - Projecto de Agenda para a III Reunião de DGPDN

Anexo G - Projecto de Agenda para a XII Reunião de MDN

Anexo H - Declaração sobre Contribuição Financeira dos Estados Membros da CPLP para o Fundo Especial do CAE/CPLP

Anexo I - Convites para os Ministros da Defesa Nacional dos Estados Membros da CPLP, referentes à XII Reunião de MDN (na posse das Delegações)

Lida e aprovada a Acta, seguem as assinaturas do Coordenador do SPAD, de todos os Delegados presentes e do Representante do Secretariado Executivo da CPLP.

Lisboa, aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez

HM
SM
Mteixeira
Z...
L...
L...



SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

O Coordenador do SPAD

Luís Faro Ramos

A Delegação de Angola

Cor Mário Gustavo da Silva

Cor Camilo João Manuel

A Delegação do Brasil

Cor Elson Soares Teixeira

Cor Celso André da Silva

A Delegação de Cabo Verde

Major António Jorge Silva Rocha

Capitão José António Graça

A Delegação de Moçambique

Dr. Emílio Sérgio Cumbe

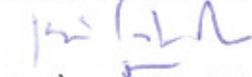
Cor Ricardo Timbe

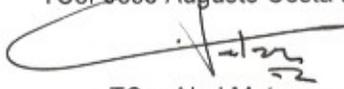


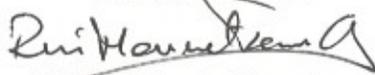
SECRETARIADO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS DE DEFESA

A Delegação de Portugal

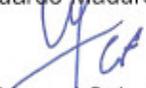

Dr. João Pedro Saldanha Serra

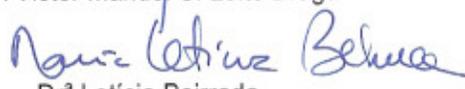

TCor José Augusto Costa Reis


TCor Abel Matroca


CMG Rui Ferreira Gonçalves


CMG José Eduardo Madureira F. Costa


CFR Victor Manuel S. Leite Braga


Drª Leticia Bairrada

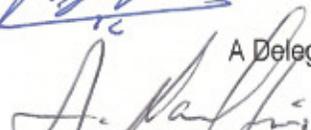
Cor Rui Gomes

TCor Filipe Vieira



TCor Joaquim Branquinho

A Delegação de São Tomé e Príncipe:


TCor Alfredo Marçal Lima

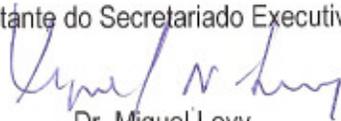

Major Acácio Viegas

A Delegação de Timor-Leste


Dr. João de Corte-Real Araújo


Dr. Martinho Maia Gonçalves

O Representante do Secretariado Executivo da CPLP


Dr. Miguel Levy